

**REFLEXÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO SEXUADA
DO SUJEITO EM DANIÈLE KERGOAT**

***REFLECTIONS ON THE CONSTITUTION
OF THE SEXED SUBJECT IN DANIÈLE KERGOAT***

Maria Betânia de Melo Ávila*

Verônica Ferreira**

Resumo

Neste artigo, analisa-se a questão da “mobilização” e a sua relação com a questão da emancipação das mulheres trabalhadoras em Kergoat, isto é, a “passagem do eu para o nós” que, segundo a autora, constitui o “fio condutor que atravessa o conjunto das minhas pesquisas” (KERGOAT, 2018, p. 95). O artigo discute as elaborações de Kergoat baseadas em suas pesquisas empíricas realizadas nos anos 1970, apresenta suas premissas e categorias fundamentais, bem como suas contribuições teórico-políticas para a reflexão contemporânea sobre a constituição das mulheres como sujeito do trabalho e a questão da emancipação considerando as relações sociais de sexo, classe e raça. Como síntese, a incursão no pensamento de Kergoat nos permite pensar a constituição das mulheres como um sujeito no trabalho como uma dimensão que está diretamente relacionada à capacidade das mulheres de se organizarem como coletivo portador de um projeto feminista de igualdade e emancipação.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho. Relações Sociais. Lutas. Emancipação.

Abstract

This article analyzes the issue of “mobilization” and its relation to the issue of working women’s emancipation in Kergoat, that is, the “passage from the self to the we”, which, according to the author, constitutes the “guiding thread that crosses the whole of my research” (KERGOAT, 2018, p. 95). The article discusses Kergoat’s elaborations based on his empirical research carried out in the 1970s, presents his fundamental premises and categories, and presents his theoretical-political contributions to contemporary reflection on the constitution of women as a subject of work and the issue of emancipation considering the social relations of sex, class and race. As a synthesis, the incursion into Kergoat’s thinking allows us to think of the constitution of women as a subject at work as a dimension that is directly related to the ability of women to organize themselves as a collective with a feminist project of equality and emancipation.

Keywords: Sexual Division of Labor. Social relations. Struggles. Emancipation.

* Pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integra o Grupo de Trabalho Feminismos, Resistências e Emancipação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). É militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Articulação Feminista (Marcosur). E-mail: betania@soscorpo.org.br

** Pesquisadora e Educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e estágio pós-doutoral no mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa da Capes. Integra o Grupo de Trabalho Feminismos, Resistências e Emancipação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). É militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Articulação Feminista (MARCOSUR). E-mail: veronica@soscorpo.org.br

Introdução

Por que as pessoas se revoltam e por que lutam? Como explicar sua resiliência? Como explicar que não sejam completamente dominadas? De onde tiram a força, a energia, a potência de agir? Como esta última se cria? Individualmente e/ou coletivamente? Tudo isto é muito enigmático (KERGOAT, 2018, p. 171).

Danièle Kergoat se destaca como teórica do feminismo materialista pela sua contribuição na elaboração dos conceitos de divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo e consubstancialidade e coextensividade das relações sociais. Como socióloga e feminista, contribuiu para levar essas problemáticas para o campo acadêmico e trouxe para a ação do movimento feminista e de mulheres trabalhadoras teorias e análises empíricas fundamentais para a sustentação do projeto desses sujeitos coletivos aos quais ela está, incontornavelmente, ligada. Isso se expressa com força na sua declaração: “a revolta contra as relações de classe, de sexo e de raça estruturou minha vida e orientou minhas pesquisas” (KERGOAT, 2012, n.p.), como também na escolha do título para a antologia de sua obra teórica: “Lutar, dizem elas...”.

Neste artigo, trataremos da questão da “mobilização” e da sua relação com a questão da emancipação das mulheres em Kergoat, isto é, da “passagem do eu para o nós” que, segundo a autora, constitui o “fio condutor que atravessa o conjunto das minhas pesquisas” (KERGOAT, 2018, p. 95). A autora discute sobre a dinâmica por meio da qual se constituem as reivindicações das mulheres como sujeito sexuado para, justamente, contra-arrestar sua negação como sujeito do trabalho. Nessa “passagem”, afirma-se a experiência particular, sexuada, das mulheres no mundo do trabalho e da política. Nessa elaboração radica uma contribuição decisiva para a teoria sociológica: o questionamento do sujeito universal do trabalho e do sujeito único da emancipação.

Faz-se necessário, para analisar essa questão, tratar de sua influência sobre os estudos, pesquisas e ação política das mulheres no Brasil e abordar desafios do contexto atual. Ao mesmo tempo, é mister precisar o contexto de sua elaboração original e o percurso de seu desenvolvimento, levado adiante e enriquecido pela pesquisa e análise sobre o trabalho das mulheres em outros contextos e realidades, feita por um sem número de autoras influenciadas por sua obra e com as quais Danièle Kergoat e Helena Hirata mantêm sólidas relações de colaboração.

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia é parte dessa rede de interlocução e criação, que tem feito o pensamento feminista fazer e fazer-se nessa travessia transoceânica e ancorada, no Brasil e no Nordeste, em particular, pela relação de engajamento desse coletivo com a organização das mulheres trabalhadoras no interior do movimento sindical, em movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras, da cidade e do campo, e com as lutas relacionadas ao trabalho no âmbito do movimento feminista no qual fazemos nossa militância, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). É parte, portanto, de um movimento coletivo que vem se concretizando há, pelo menos, quatro décadas, uma experiência de internacionalismo feminista

na produção da elaboração crítica, através do “cruzamento de trajetórias individuais de mulheres feministas de diferentes gerações que se encontram no território comum da produção do conhecimento e do engajamento nas lutas feministas emancipatórias” (ÁVILA; FERREIRA, 2018, p. 10). Nesse movimento, engajam-se pesquisadoras de diferentes campos de criação em um processo que se fez, desde a origem, interdisciplinar.

O paciente trabalho de pesquisa de Danièle Kergoat revela uma miríade de relações de colaboração e o cuidado permanente em cultivá-las: nos grupos de pesquisa, nos movimentos sociais em que se dá seu engajamento, com orientandas, discentes e colaboradas mundo afora. A colaboração e a interlocução coletiva como práticas de pesquisa e elaboração são dimensões essenciais da trajetória de Danièle Kergoat. Como expressa em entrevista

Essa é uma coisa em que acredito fortemente: não existe trabalho científico sem trabalho coletivo. É a primeira coisa. Aliás, eu tinha sólidas posições anti-hierárquicas, advindas de minha passagem na empresa privada (vivi com muita dificuldade meu status de chefe de serviço), que, ao contrário, reforçou meu gosto pelo coletivo. Enfim, tínhamos um sentimento muito forte de pertencimento ao movimento feminista (éramos todas mulheres) e vinha daí, mais uma vez, o sentido do coletivo. Deve-se igualmente evocar o problema da interdisciplinaridade, que era indispensável para a construção do nosso objeto: a divisão sexual e social do trabalho (KERGOAT, 2018, p. 174).

Essa não nos parece uma questão menor, mas própria da práxis feminista, no contraponto ao contexto em que o individualismo neoliberal se incrusta na prática acadêmica e é, em grande medida, incentivado pelas políticas de produtividade das quais as condições objetivas para pesquisar dependem, pelo menos no contexto brasileiro.

Danièle Kergoat desenvolve suas primeiras pesquisas, nos anos 1970, no contexto fabril, marcado, ainda, pelo quadro de um forte movimento sindical e do Estado de bem-estar em seu país, a França. Nesse contexto, analisa as reivindicações operárias a partir dos sujeitos sexuados, homens e mulheres, para tratar dos elementos objetivos – donde a divisão sexual do trabalho, a reprodução e o trabalho doméstico ganham relevância – e subjetivos, os afetos, magistralmente teorizados na sua análise e que conformam a “passagem do individual ao coletivo”. Apreender o contexto dessa elaboração nos parece uma condição necessária para pensar as relações de trabalho e as modalidades contemporâneas da divisão sexual do trabalho, tanto no que essas elaborações revelaram como chaves heurísticas, categorias sociológicas e tendências do mundo do trabalho que se tornam hoje predominantes, assim como para fazer avançar a análise sobre a constituição das reivindicações e lutas em um contexto de relações e organização do trabalho fortemente transformado.

A afirmação “a classe operária tem dois sexos” (HIRATA; KERGOAT, 1994), síntese de sua elaboração com Helena Hirata, dá-se, de maneira primordial, na investigação sobre a constituição dos processos de reivindicação operária que se faz nos seus primeiros achados de pesquisa: a constituição da revolta, das reivindicações e das lutas e os níveis de combatividade

dos sujeitos, no campo do trabalho, se dão de forma diferenciada entre as mulheres e os homens. O que hoje parece óbvio não era, naquele contexto, evidente. Essa diferenciação não se revelava pelas perspectivas até então dominantes no âmbito da elaboração sobre a formação da classe “para si”, no sentido marxiano: a classe tomada como um todo homogêneo que respondia, também de maneira unívoca, à exploração.

É importante precisar, portanto, para fins do objetivo deste artigo, duas dimensões: a centralidade de sua análise se dá sobre a constituição sexuada da “reivindicação operária”, isto é, do sujeito sexuado do trabalho (e das lutas no campo do trabalho) na forma de coletivo de operárias e, posteriormente, da Coordenação das Enfermeiras; segundo, o contexto de sua elaboração remete ao quadro histórico ainda marcadamente fordista ou do trabalho salarial regulamentado, nos anos 1970 e 1980, no contexto europeu: a demarcação e partilha de um espaço de trabalho (a fábrica, o hospital), o assalariamento, um movimento sindical fortemente organizado. Suas análises se adensam nos anos 1980 com a investigação sobre a Coordenação Enfermeira, a partir da qual se formula a interrogação “sobre o sexo do movimento social, como e em que condições as mulheres se mobilizam e o que significa a hegemonia das mulheres no movimento da Coordenação Enfermeira na França nos anos 80” (HIRATA, 2018, p. 18).

O sujeito, portanto, são as mulheres trabalhadoras; a forma de organização, por excelência, o coletivo; o cerne da elaboração, a “passagem do individual ao coletivo” por meio do estudo e da investigação sobre as “práticas reivindicativas”. Kergoat coloca no foco de sua análise as tensões que emergem nas práticas reivindicativas entre dominação e resistência, levando, nos distintos campos de suas pesquisas, à interrogação sobre as relações e processos que levam à tomada de consciência de gênero e de classe, às práticas objetivas e às rupturas subjetivas que subjazem a passagem da dominação à resistência das mulheres e sua conversão em sujeitos de reivindicações e lutas no campo do trabalho.

A constituição do sujeito sexuado no trabalho: impasses e potência

A relação entre dominação e resistência é um fio condutor dos processos de pesquisa empírica e elaboração teórica de Danièle Kergoat. Em suas próprias palavras, ao se referir ao seu próprio trabalho, ela afirma: “o que me interessou, desde o início, foi exatamente a dialética entre dominação e lutas, e eu queria trabalhar com ela tanto de maneira concreta quanto teoricamente” (KERGOAT, 2002, p. 236). Como bem analisa Helena Hirata, no prefácio à edição brasileira de “*Lutar, dizem elas*”,

Dominação e resistência sempre foram indissociáveis no pensamento de Danièle. Contra todas as formas de determinismo, ela sempre postulou a existência de um espaço de liberdade para o exercício da capacidade de ação ou da potência de agir – *agency* – dos explorados, oprimidos, dominados. Exploração, opressão e dominação são dimensões indissociáveis para Danièle Kergoat (1978, 2012) na França, assim como para Heleieth Saffiotti no Brasil (1976, 1984) (HIRATA, 2018, p. 14).

Kergoat ao desvelar os processos de exploração e dominação das mulheres no mundo do trabalho, desvendando os seus mecanismos de reprodução e, ao mesmo tempo, os movimentos cotidianos de tensão nas práticas cotidianas de trabalho, constrói uma análise crítica que possibilita a compreensão dessa realidade, aportando, assim, uma base analítica importante para a ação dos sujeitos do trabalho na reflexão sobre o vivido individualmente e o problema coletivo, que só através da reflexão e da ação coletiva pode avançar, no sentido de criar o movimento da sua própria emancipação. É exatamente nesse sentido que a relação entre indivíduo e coletivo é foco central da sua análise crítica.

A questão da emancipação se coloca, em Kergoat, na investigação sobre a construção dos processos reivindicativos e na atenção primordial ao que se passa no nível das práticas sociais e na dinâmica em que as reivindicações coletivas se forjam. A primeira condição para essa apreensão se dá pela necessidade de atentar para o que se passa “fora da fábrica”, na esfera da reprodução. Kergoat lança seu olhar sobre dimensões não consideradas nos estudos sobre trabalho e, ainda mais, naqueles sobre os processos de luta e resistência da classe operária: a dimensão subjetiva, o tempo fora do trabalho, a origem (quando a migração não era tratada com toda a relevância) e o sexo do trabalho, expresso na sua forma de organização (a divisão sexual do trabalho) e na constituição do sujeito da luta salarial. Como sintetiza a autora,

Articular, no seio de uma problemática coerente, produção e reprodução é para mim da ordem da necessidade. Necessidade que se impôs à medida que avançava em meu primeiro campo de pesquisa: a gênese da reivindicação operária. (...) Foi assim que se evidenciou que em posições semelhantes na estrutura produtiva (operários imigrantes, sem qualificação, de mesma nacionalidade, mesma faixa etária, ocupando os mesmos postos de trabalho) a diferença nos patamares de combatividade – modalidade e intensidade – era enorme. Essas diferenças só adquiriam sentido quando se abandonava o esquema pavloviano segundo o qual a combatividade seria uma *resposta* (mediada não pelo grau de consciência) às condições de exploração para lhe substituir um raciocínio em termos de *práticas sociais*, isto é, de um conjunto coerente (mas não necessariamente consciente) de comportamentos e atitudes observáveis no conjunto da vida quotidiana (conjunto que as relações sociais tornam coerente) (KERGOAT, 1986, p. 79).

A relevância dada por Kergoat à questão da subjetividade é outra dimensão fundamental da sua teorização, calcada na pesquisa empírica no mundo do trabalho e no diálogo da troca permanente entre pesquisadores(as) de diferentes campos disciplinares como, por exemplo, no campo da psicopatologia do trabalho, o que a levou, a partir do diálogo com Christophe Dejours e outros(as) pesquisadores(as), a uma elaboração sobre a relação entre sofrimento, prazer e trabalho. O que se coloca é a transformação de si, em um para si, baseado na consciência crítica que se constrói na experiência do coletivo.

Creio que poderíamos afirmar que o processo emancipatório passa por uma consciência de gênero, de classe, de raça e por um processo de luta contra a exploração, a opressão e a dominação e, portanto, por uma tomada de consciência que é, ao mesmo tempo,

teórica e prática e esse processo emancipatório tem na centralidade do trabalho a referência dinamizadora por excelência. O trabalho entendido no sentido amplo, enquanto trabalho profissional e trabalho doméstico, enquanto trabalho formal e trabalho informal, enquanto trabalho remunerado e não remunerado (HIRATA, 2018, p.14).

A dimensão subjetiva diz respeito aos modos como os(as) dominados(as) vivem (e sentem e interpretam e subvertem) a classe, a raça e o gênero (KERGOAT, 2012), pois, como afirma Kergoat, os caminhos da emancipação não podem ser antecipados pelos resultados das práticas da pesquisa sociológica e, nem mesmo, da pesquisa sociológica feminista, mas essas podem tornar visíveis as condições, considerando a relação espaço-tempo, nas quais a “potência do agir” pode se materializar concretamente. Ou seja, é preciso, através da pesquisa sociológica feminista, conhecer as condições concretas de vida dos sujeitos, mas também os movimentos que mobilizam uma relação dialética indivíduo e coletivo, e as condições em que se torna possível a passagem de uma ação repetitiva do que está dado para a tomada de consciência crítica e a ação questionadora.

A questão dos afetos como dimensão dos processos de construção da subjetividade no trabalho e como impasse na construção das reivindicações e lutas é trazida fortemente por Kergoat já nas primeiras pesquisas sobre operários e operárias especializados(as) na França. Na observação da cotidianidade e dos discursos, emerge a questão das invejas femininas como obstáculo à passagem do individual ao coletivo, que a autora sintetiza como o silogismo do sujeito sexuado (KERGOAT, 2018). Os afetos são tomados como expressão da mediação entre relações sociais e práticas sociais concretas e, portanto, como reveladores dos mecanismos de reprodução das relações sociais no trabalho e do modo como isso se produz de maneira diferenciada entre homens e mulheres – reveladores, portanto, das relações sociais de sexo e de seus mecanismos próprios de opressão e dominação.

É “o processo da aquisição de uma consciência de gênero que se dá na passagem do eu ao coletivo, sempre em movimento” (KERGOAT, 2018, p. 109) que Kergoat busca apreender nas lutas da Coordenação Enfermeira. No caso das enfermeiras, o “silogismo” é superado no processo individual e coletivo no qual se toma consciência das relações sociais de sexo, da divisão sexual do trabalho por meio da questão da qualificação. Nesse processo, se dá também uma politização e reconfiguração, determinada por elas mesmas, como coletivo da própria profissão. O que Kergoat encontra no estudo das enfermeiras é que a recusa politizada e coletiva da vocação significa seu reconhecimento como mulheres, não mais do ponto de vista de uma condição homogênea e naturalizada, mas da sua negação política como tal, através do desvendamento das mulheres como categoria sócio-histórica. Diferentemente do silogismo, as relações de sexo não se traduzem em barreira para a construção do coletivo.

Não se trata apenas de vender melhor a força de trabalho, mas igualmente de reivindicar que essa força de trabalho que se exerce de maneira útil seja reconhecida e sancionada como tal. De fato, os problemas que elas colocam são novos precisamente porque são articulados de maneira inédita. Existe sexuação do personagem salarial (KERGOAT, 2018, p. 111).

Para Kergoat, o que constrói a possibilidade de tomada de consciência de gênero não é o reconhecimento de uma identidade como mulheres, mas, antes, o desvendamento no processo de reflexão coletiva sobre a naturalização dessa condição e a consequente reivindicação da qualificação profissional que é, a um só tempo, a negação da “vocação” e do dom. A reivindicação salarial é, propriamente, “a morte da vocação”: no processo da passagem do individual ao coletivo, e da tomada da consciência de gênero, as enfermeiras reivindicam a qualificação ao passo em que recusam a vocação; reivindicam a sua condição de classe e recusam aquela naturalizada de mulheres que, individualmente, são dotadas da “graça” da vocação. Aqui a consciência de gênero e de classe se conjuga na medida em que se desvia da naturalização nos quais a “vocação” as mantém, afastando-as, a um só tempo, do reconhecimento de sua condição profissional e da possibilidade de reivindicação da qualificação e sua tradução em condição salarial.

A portadora de mudança é a passagem do grupo para o coletivo sexuado e não a constituição de uma identidade mulher, pois subversiva não é afirmação “nós somos mulheres”, mas a constituição concreta de um coletivo que dê conta dos lugares ocupados e as faça trabalhar nas relações sociais enquanto produtoras e enquanto mulheres (KERGOAT, 2018, p. 106).

A identidade mulher, que encontramos referenciada no senso comum sob a expressão essencialista do “ser mulher”, não carrega em si nenhum potencial subversivo: é no processo da tomada de consciência, que se dá na passagem do individual ao coletivo, que essa potência se revela, na medida em que se reconhece uma experiência social. Essa passagem se dá, não mais nem menos, que no processo da luta, da reivindicação, e é tão mais forte a depender do tempo em que essa luta sobrevive, ao passo que é condição fundamental para a sobrevivência da luta, nos termos da autora. Para Kergoat, a desnaturalização da categoria sexo permite a tomada de uma consciência de gênero e a formação de um coletivo. Mas é, precisa e dialeticamente, porque existe o coletivo que essa consciência de gênero pode se traduzir concretamente em reivindicações, práticas discursivas, em processo de individuação e autonomia.

Essa premissa é particularmente importante de ser resgatada no contexto atual, em que a enunciação de identidades individuais – descolada do questionamento das relações sociais que a forjam e fora do quadro de uma construção coletiva – ganha força e, em grande medida, é obstáculo, não somente à passagem do individual ao coletivo, como também à necessária articulação das lutas para fazer frente a situações de exploração, dominação e opressão forjadas pela imbricação das relações sociais de gênero, classe e raça.

No que diz respeito à questão da emancipação, trata-se de analisar criticamente os contextos e as dinâmicas de reprodução da dominação e da exploração através da análise crítica das práticas sociais e não de definir os caminhos e os modos que os sujeitos devem adotar ou seguir na luta. Essa é a perspectiva de Danièle Kergoat que, indo além, afirma que só os sujeitos podem, nas suas práticas de luta e resistência, definir esses caminhos. Portanto, o que a análise sociológica feminista pode aportar como suporte à luta emancipatória das mulheres e para luta geral é o desvendamento crítico da realidade social.

O que Danièle nos coloca de forma contundente é a afirmação do sujeito coletivo como base indispensável para os processos de transformação social, não só no sentido objetivo de transformar as condições materiais de vida, mas também para transformação subjetiva dos indivíduos que formam o coletivo e neles se transformam em sujeitos políticos; isto é, se constroem como sujeitos da luta e como sujeitos que agem na vida cotidiana e nela já se inserem com algum grau de dissidência com a ordem que lhes é imposta. Em outras palavras, a passagem do individual ao coletivo e as consequências da transformação subjetiva ou da consciência crítica vai impactar várias dimensões da vida dos sujeitos, na vivência do cotidiano e das relações de trabalho, familiares, etc. – dimensões da vida social que se movem como tensões determinadas pelas relações sociais.

Trata-se de não permanecer na análise da pura dominação, mas de levantar o problema da resistência e do surgimento dos movimentos sociais. É assim que ela opõe a metáfora da espiral ao círculo vicioso de dominação, a dialética da reprovação/subversão a um entendimento fixista centrado na reprodução incessante de relações sociais. Kergoat está interessada em contradições, falhas, lacunas, alavancas de emancipação”. (DUZENOT; GALERAND, 2010, p. 32-33).

Segundo a autora, “as relações sociais não tomam a forma de um movimento circular fechado, mas sim de um movimento circular em espiral, o que significa que não é possível a previsibilidade dos seus desdobramentos futuros” (KERGOAT, 2002). Em síntese, é a relação indivíduo/coletivo na perspectiva da emancipação, cujo sentido geral, do nosso ponto de vista, repousa sobre o pressuposto do pensamento marxiano, isto é, aquele a partir do qual a emancipação individual é indissociável da emancipação coletiva. Portanto o projeto político emancipatório do feminismo é um processo que está inextricavelmente inserido no projeto mais geral de transformação social sem, no entanto, perder sua dimensão própria e, ao mesmo tempo, considerando que essa dimensão própria está em relação dialética com outras dimensões de outros projetos políticos de outros sujeitos coletivos que, no seu conjunto, estão permanentemente enfrentando as contradições no interior da totalidade do sistema, capitalista, patriarcal e racista. Essa totalidade, contudo, não é uma realidade fechada, pois está sempre em movimento contraditório dado pelos antagonismos nas relações sociais e, a um só tempo, enfrentando os conflitos inerentes à ação coletiva transformadora levada por uma constelação de movimentos sociais/políticos.

Divisão sexual do trabalho, relações sociais e a emancipação

As análises feministas sobre as mulheres no mundo do trabalho têm contribuído para alargar e aprofundar as problematizações em torno dessa dimensão estruturante da organização da vida social e têm trazido muitos desafios para a formulação teórica e metodológica das pesquisas nessa área. Consideramos importante trazer aqui questões apresentadas por Danièle Kergoat a esse respeito. A autora afirma que recusou a referência predominante ao discurso do modelo masculino (KERGOAT, 2012) por essa não ser operacional para explicar as diferenças entre as práticas de homens e mulheres de uma mesma classe. Mas propôs uma questão: como poderia tratar essas diferenças na ausência de aparato conceitual para organizá-las?

Um problema, então, apresentou-se para ela, uma vez que a impossibilidade de relacionar as diferenças de atitudes e práticas observadas a uma análise materialista da exploração e dominação, de maneira a não abrir terreno para interpretações dessas diferenças a partir de uma suposta natureza feminina (KERGOAT, 2012). A autora tratou, então, de realizar uma análise materialista da condição operária sexuada, que tem como síntese a afirmação de que não se pode definir a trabalhadora como o feminino de trabalhador (KERGOAT, 2012). A ideia contida nessa síntese final da autora, na nossa visão, supera de maneira radical – no sentido de alterar os seus fundamentos – uma concepção do masculino como a referência do feminino, numa relação dialética entre dimensão material e simbólica, e evidencia a visão de construção de subjetividades diferentes a partir das diferentes práticas de trabalho de mulheres e de homens. Traz, por fim, na nossa compreensão, a questão do sujeito sexuado. As teóricas e pesquisadoras feministas desse campo não só insistem na centralidade do trabalho nesta sociedade, como também produziram uma reestruturação desse conceito.

O conceito de trabalho ao longo do tempo referia-se apenas ao trabalho produtivo. Assim foi tratado pelas Ciências Sociais e pela Economia, nos planos de desenvolvimento das políticas nacionais e dos organismos internacionais. O trabalho reprodutivo ou trabalho doméstico, assim definido no contexto da sociedade capitalista patriarcal, esteve fora do conteúdo que dava significado ao conceito de trabalho até muito recentemente. A reestruturação desse conceito para alcançar as duas esferas do trabalho é parte de um processo político e de uma prática de produção do conhecimento que se constroem a partir do movimento feminista em uma relação dialética. A reestruturação do conceito de trabalho implica considerar mulheres brancas, negras e de diversas etnias, e homens brancos, negros e de diversas etnias, como sujeitos do trabalho, rompendo com uma representação do sujeito universal do trabalho baseada na particularidade do trabalhador homem e branco, inserido em relações de trabalho formais. Ao considerar essa pluralidade do sujeito do trabalho e as relações sociais nas quais estão inseridos, deve-se considerar que as experiências coletivas e individuais e a produção das subjetividades, no mundo do trabalho, são forjadas nas imbricações dessas relações.

A dimensão subjetiva é um aspecto muito importante a ser explorado nas pesquisas sobre trabalho. Segundo Alves,

o processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a “objetividade” e a “subjetividade” da classe dos trabalhadores assalariados. O eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital (ALVES, 2011, p. 111).

Kergoat considera a divisão sexual do trabalho como o elemento estruturante das relações sociais de sexo/gênero. A divisão racial do trabalho e a divisão sexual do trabalho constituem dimensões fundamentais da divisão social do trabalho como um todo, o que nos leva à questão da imbricação das relações de classe, raça e gênero; estas, segundo Daniele Kergoat, são relações consubstanciais e coextensivas.

Consideramos fundamental para a perspectiva crítica em que nos inserimos a abordagem ancorada nos conceitos de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais elaborada por Kergoat (2009). Segundo a autora,

as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Compreendemos, como Kergoat (1986), que o raciocínio em termos de relações sociais é repleto de desafios, tendo em vista o caráter abstrato do conceito e, ainda, o uso intercambiável e corrente de relações sociais para referir-se às relações interindividuais (que são uma mediação, mas não as relações sociais elas mesmas). Com efeito, no plano das relações entre indivíduos, que corresponde ao plano das práticas sociais, as relações de dominação-exploração-apropriação ganham forma: a violência doméstica dos homens contra as mulheres, os preconceitos sobre a vivência da sexualidade feminina sob diferentes formas, materiais e simbólicas de controle, a sobrecarga com o trabalho doméstico não remunerado e a própria “afetividade” e a carga “moral” envolvida na realização desse trabalho que tornam, em muitas situações, tão difícil que as mulheres se rebelam contra ele. A partir da investigação dessas expressões cotidianas, podemos apreender as mediações que sustentam as relações sociais entre homens e mulheres não mais como indivíduos, mas como grupos sociais, e que se reproduzem, também, quando os sujeitos da dominação não estão individualmente presentes (SAFFIOTI, 2004), por exemplo, por meio das instituições.

O conceito de divisão sexual do trabalho é fundamental para uma reinterpretação do mundo do trabalho, ao mostrar a divisão hierárquica entre trabalho produtivo e trabalho

reprodutivo – sendo o primeiro atribuído aos homens e o segundo às mulheres. Danièle Kergoat é uma das responsáveis pela sua elaboração e, com especial contribuição, revela a sexuação imposta ao mundo do trabalho, como elemento central na formação das relações sociais de sexo e, portanto, estruturante dos processos de exploração do trabalho para a acumulação da riqueza no sistema capitalista, patriarcal e racista.

Nessa divisão, que atribui às mulheres o trabalho reprodutivo, torna-se invisível o fato de que a jornada de trabalho das mulheres trabalhadoras é formada de trabalho produtivo e reprodutivo. Por trás dessa concepção, há uma realidade sócio-histórica que sustentou a construção do trabalho doméstico como propriedade constitutiva das mulheres como gênero feminino, que relaciona corpo, reprodução biológica e trabalho reprodutivo doméstico como parte de uma natureza humana na qual estão enquadradas as mulheres. A análise materialista da divisão sexual do trabalho nos desvenda um aspecto fundamental para a questão da relação trabalho-emancipação, que é a relação entre tempo de trabalho e tempo livre, uma dimensão emancipatória tanto do ponto de vista das práticas de trabalho concretas e cotidianas como também uma dimensão da luta histórica da classe trabalhadora.

Como afirma Kergoat, o trabalho doméstico deve ser colocado no centro da reflexão quando pensamos sobre a emancipação. A compreensão de que as mulheres só são vistas como sujeito do trabalho a partir do trabalho produtivo tem como consequência uma visão de sujeito partido, na qual a tensão entre dominação e resistência tem uma dimensão ocultada. Estando oculto o trabalho doméstico, ela é negada como trabalhadora e sujeito na esfera doméstica, já que o que faz é considerado um não trabalho. No Brasil, a luta das trabalhadoras domésticas remuneradas e organizadas tem, na sua afirmação como classe trabalhadora, uma estratégia e uma prerrogativa em defesa de ter direitos. Isso é algo importante a ser resgatado no debate sobre trabalho doméstico e sujeito político.

Isso nos leva à relação entre formação dos coletivos, precarização e fragmentação do mundo do trabalho, que na realidade brasileira se aprofunda, embora tenha sido sempre estruturalmente precária. Do ponto de vista filosófico, político e sociológico, revelam-se os desafios para a constituição dos sujeitos do trabalho quando uma grande maioria de trabalhadoras e trabalhadores não é portadora de direitos, vista como indivíduos atomizados e destituídos de cidadania e, em muitos casos, desterritorializados(as) ou submetidos(as) a trabalho escravo.

Partindo das relações sociais e, portanto, das contradições, antagonismos e relações de poder entre os grupos sociais, a questão da emancipação recoloca o sentido dos processos de luta e resistência coletiva como caminho irreduzível para sua busca como processo transformador de si e da realidade social. Ademais, reafirmar a questão da emancipação, nesta perspectiva, se contrapõe às propostas de filiação funcionalista e neoliberais como, por exemplo, a noção de empoderamento, calcada em uma busca individual e patrocinada por agentes externos e desprovida de sentido coletivo e de relações de poder, o que sugere uma integração consciente ou uma adesão ao sistema dentro das suas regras. O poder de atração dessa proposição de

empoderamento pode ser tributária justamente da promessa fácil de alcançá-la, ao mesmo tempo em que oculta as relações de dominação e exploração que estruturam as relações de poder.

Ter a emancipação como horizonte a partir da teorização de Kergoat sobre relações sociais de sexo – e sua consubstancialidade com as relações sociais de raça e classe e da relação indivíduo coletivo como movimento incontornável e dialético na formação do sujeito –, nos exige repensar a questão da emancipação de forma mais objetiva, isto é, tomando em consideração as estruturas de dominação e exploração, as relações e as práticas sociais. Ao mesmo tempo, é fundamental retomar a emancipação em sua historicidade, o que nos coloca o desafio de desconstruir o seu sentido messiânico e heroico, próprio do sistema capitalista, patriarcal e racista.

Para Kergoat, não existe um sujeito único e unívoco portador da emancipação: é nas relações sociais, e a partir delas, da tensão entre dominação e resistência, que se forjam sujeitos coletivos e lutas que exigem, sim, para o processo de emancipação coletiva, a sua articulação, de maneira a enfrentar as desigualdades produzidas pela imbricação das próprias relações. E esse movimento tem nas práticas sociais sua dinâmica viva e no campo do trabalho seu “centro dinamizador” por excelência.

De acordo com Dunezat e Galerand (2010), falando a partir de suas experiências de trabalho com Kergoat

e trabalhando seu quadro teórico nos respectivos campos, nossa compreensão de opressão das mulheres é fortemente deslocada, à medida que passamos de uma leitura truncada dessa opressão à análise em termos de consubstancialidade-coextensividade das relações sociais. Com essa passagem, nós temos, também, o sentimento de ter progressivamente deslizado de uma sociologia centrada sobre a reprodução do sistema de sexo a uma sociologia que busca teorizar a emancipação (DUZENOT; GALERAND, 2010, p. 25).

Para Kergoat:

o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de contradição viva, perpetuamente em via de modificação e de recriação (KERGOAT, 2002, p. 244).

O que a autora coloca – e consideramos relevante – é que se tomarmos em conta apenas as estruturas, isso nos levará a um raciocínio que negaria a possibilidade da existência dos sujeitos, como se os indivíduos agissem somente a partir da ação das formas exteriores. Para ela, relações sociais implicam antagonismos, tensões e resistência.

Essa visão de sistema “dominante”, como aquilo que não é “totalmente determinante”, constrói uma abertura para entender o movimento de subversão à ordem, que constitui o sujeito, e para enxergar as dinâmicas individuais e coletivas que formam as tensões e revelam as

contradições que engendram a vida social. É uma perspectiva que leva a perceber as mudanças nas práticas sociais presentes nos espaços do trabalho e em outros espaços da organização da vida social. E seguindo na sua elaboração, Kergoat nos diz que

as relações sociais não são para mim o determinismo, mas, ao contrário, uma maneira de pensar e de trabalhar a liberdade. Mas uma verdadeira liberdade, não colocada a priori, mas que se desenvolve entre as tramas do determinismo sociais. A verdade é que, para pensar essa liberdade, preciso ainda ter certeza de que foram trabalhadas todas as modalidades de relações sociais. (KERGOAT, 2002, p. 244).

O processo de elaboração sobre as práticas sociais nos possibilita uma base concreta para sustentar a construção sobre o sujeito e o processo políticos dialeticamente relacionados com as contradições reais, a partir das quais esses sujeitos emergem e forjam os processos de luta com base na realidade do vivido. Entrar no coletivo, nesse ato de passagem do “indivíduo ao coletivo”, é, para Kergoat (2018), ter a consciência crítica e se colocar em confronto com as relações de exploração e dominação, colocando-se na resistência coletiva, em um momento emancipatório, pois a escolha de luta coletivamente contra a opressão é em si um ato de liberdade.

O que depreendermos como dinâmica emancipatória na elaboração de Danièle Kergoat, a partir da relação indivíduo/coletivo, nos traz também a possibilidade de pensar sujeito e emancipação como processo permanente e, nessa dinâmica, a participação na ação coletiva de reflexão e de luta se reflete também na vivência concreta do sujeito individual, nas suas práticas de trabalho no cotidiano. A consciência crítica, nesse rumo, faz perceber a relação de exploração e dominação constitutivas da relação de trabalho e materializadas na sua própria vivência.

A proposição da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais na concepção de Danièle Kergoat é incontornável para uma análise que ponha em conexão dialética os sistemas de exploração e dominação – base fundamental para pensar do ponto de vista da ação de resistência a necessidade estratégica das práticas e dos caminhos emancipatórios no enfrentamento das contradições e percepção dos antagonismos.

Para essa autora, a análise em termos de consubstancialidade de relações sociais possibilita uma nova abordagem para a questão da emancipação, o que abre o caminho para uma crítica ao sujeito abstrato e a ideia do coletivo como algo encantado ou fundido no qual o sujeito individual desaparece. Para ela, o sujeito político não se constitui por uma série de adições aportadas pela relação indivíduo/coletivo, mas a partir da pluralidade intrínseca a sua formação, que não está concebida por contradições consideradas principais e secundárias, mas por uma relação dialética entre sujeito individual/coletivo e as causas que mobilizam e constroem as lutas dos sujeitos políticos que se expandem e se confluem em movimentos sociais em antagonismos à ordem social estabelecida.

Pensar “os caminhos da emancipação” desde o Sul do mundo e em contextos precários

Para Kergoat, o trabalho sociológico que coloca em foco a emancipação tem por condição obrigatória o trabalho de campo e a observação *in situ*. Essa é uma afirmação que cada vez mais adquire importância metodológica para a produção do conhecimento crítico da realidade social e dê sustentação aos processos de organização e luta dos sujeitos políticos. Essa relevância se aprofunda em um contexto social no qual o mundo do trabalho foi profundamente reconfigurado para intensificar a exploração do trabalho e o desapossamento cada vez mais agudo e garantir uma acumulação de riquezas em um grau cada vez maior. As novas tecnologias da informação são usadas como instrumento estratégico para esse fim.

O que se revela é que, sem os estudos feministas sobre o mundo do trabalho, e suas categorias fundamentais – a divisão sexual do trabalho, a consubstancialidade e a imbricação das relações sociais – dificilmente se poderia apreender os mecanismos da superexploração no sistema patriarcal, capitalista e racista, forjado por relações sociais imbricadas e coextensivas de sexo, classe e raça e os mecanismos que sustentam a exploração hoje. E para isso, a contribuição de Danièle Kergoat e Helena Hirata – e das(os) pesquisadoras(es), grupos e movimentos que elas inspiraram e estão em permanente parceria – é, sem dúvida, crucial, particularmente para nós, no Brasil. E crucial não somente para o avanço nos estudos e pesquisas, mas em profunda articulação com as lutas no campo do trabalho e a organização dos sujeitos coletivos de mulheres trabalhadoras e feministas, que seguem defendendo a relevância e a centralidade das lutas no campo do trabalho para o projeto de emancipação das mulheres.

Com a flexibilização das relações de trabalho e a descentralização das formas de produção – e ainda das formas de trabalho geradas pelas tecnologias da informação, que invisibilizam e fragmentam os processos de criação e realização das tarefas da produção e dos serviços – se coloca ainda mais a necessidade e o desafio de pensar a relação entre indivíduo coletivo que, mesmo na abordagem crítica e materialista, estava pensada à parte de um lócus de trabalho clássico do capitalismo, em que a organização do trabalho estava feita em um local no qual a multiplicidade de trabalhadores(as) se encarregavam de diferentes e completares tarefas, formando um coletivo de trabalho. Se essa era uma forma hegemônica de organizar o processo produtivo, nunca foi, no entanto, a única, nem mesmo nos países considerados industrializados e modernos do Norte. No que diz respeito ao trabalho reprodutivo remunerado, sua fragmentação é incontornável à sua própria estruturação e às determinações que lhe constitui na organização do mundo do trabalho, nesse sistema capitalista, patriarcal e racista.

Em uma forma de organização social em que dependemos da venda da nossa força de trabalho, sob formas cada vez mais plurais de contratos ou de ausência deles, o trabalho se mantém como um lócus a partir do qual a transformação da vida social pode ser pensada como possibilidade de emancipação coletiva e, por consequência, de emancipação individual.

No contexto atual, de extrema precarização, quando a relação salarial nos moldes fordistas se desvanece no contexto europeu, a fábrica se desterritorializa, a classe se fragmenta e a emergência dos serviços individualizados colocam desafios à constituição do grupo e do coletivo; uma vez que os indivíduos estão atomizados, novos desafios emergem para pensar os processos de constituição sexuada do sujeito, de suas reivindicações, de suas lutas. Kergoat (2018, p. 97) reconhece que, se hoje retornasse ao contexto fabril, a antiga divisão entre operárias qualificadas e não qualificadas poderia dar lugar à divisão entre trabalhadoras precarizadas e com direitos.

Tendências que hoje prevalecem na organização do mundo do trabalho puderam ser apreendidas a partir da contribuição da elaboração feminista que, no lastro das últimas quatro décadas, afirmou a necessária articulação entre produção e reprodução social, a atenção à dimensão subjetiva e à relação com o trabalho – e com “os lugares ocupados na divisão sexual do trabalho” –, notadamente, à não homogeneização da classe trabalhadora.

Nos primeiros estudos de Danièle Kergoat, a atenção sobre o que se passava fora do espaço do trabalho remunerado já estava dada. Com o acirramento da exploração capitalista, o que hoje prevalece como forma própria da superexploração é a “conversão de todo tempo de não trabalho em tempo de trabalho”, como o demonstra a investigação de Abílio (2014) sobre as precarizadas revendedoras de cosméticos da empresa Natura. As características típicas do trabalho feminino se espriam hoje para o conjunto da classe trabalhadora. A captura das subjetividades também emerge como um mecanismo central da dominação-exploração capitalistas que exponencia os processos de exploração, rompendo as fronteiras objetivas que limitam jornadas de trabalho e mantendo a atenção e a tensão permanentes dos indivíduos que trabalham, cada vez mais, entregues à sua própria sorte, fora dos vínculos e de qualquer proteção social ou inseridos precariamente na relação salarial.

Em um contexto de profundas transformações, se mostram como fundamentais as categorias sociológicas e o percurso metodológico traçado por Kergoat: a ênfase nas práticas e a atenção às dimensões subjetivas e objetivas, o olhar ampliado para além do contexto de trabalho remunerado, a atenção aos processos de reivindicação e ao processo de sua constituição (para além do conteúdo reivindicado) e as tensões que emergem nas práticas sociais e carregam o potencial de subversão das relações sociais. Em síntese, a negação de uma classe trabalhadora homogênea e, conseqüentemente, de um sujeito coletivo homogêneo.

Entre 2013 e 2015, realizamos uma pesquisa sobre trabalho produtivo e reprodutivo em contextos de trabalho precário e pudemos constatar que a precariedade que as trabalhadoras enfrentam se conforma na tensão entre trabalho produtivo e reprodutivo ao longo das trajetórias de vida e nas relações de trabalho atuais. Nesse sentido, podemos afirmar que se a organização do trabalho produtivo está baseada na superexploração e na precariedade, a organização do trabalho reprodutivo segue ancorada na apropriação ilimitada do tempo de vida dessas trabalhadoras no interior das famílias, sendo agravada pela precariedade de estrutura social para responder às

demandas desse campo, o que termina por retroalimentar sua condição precária de inserção no trabalho remunerado.

Os mecanismos que sustentam a divisão sexual do trabalho – separação e hierarquia (KERGOAT, 2009) – expressam-se de maneira concreta nos três arranjos de trabalho investigados, produzindo desigualdade salarial entre homens e mulheres, nos três contextos de pesquisa. Para as mulheres, a divisão sexual do trabalho, materializada em suas vidas cotidianas como um movimento contínuo entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo de maneira intermitente e, em muitos casos, de maneira simultânea, é em si um fator de precarização.

Nos contextos de trabalho nos quais realizamos essa pesquisa¹, a organização coletiva das trabalhadoras como um sujeito político não existe como uma prática concreta e nem como uma definição de suas prioridades para melhorias das condições de trabalho e de vida. É como se o esforço individual fosse o único meio de garantir qualquer conquista nesse sentido – apesar de que não foram poucas as referências feitas aos direitos das mulheres, já conquistados e desejados. Mas são outras as mulheres que lutam, em algum lugar que elas não identificam e parece que não diz respeito a suas possibilidades. O que podemos dizer é que ali a questão da relação entre dominação/ exploração e resistência nos foi evidenciada pela ausência de um desses termos, justamente o da resistência, como luta do sujeito político. A resistência, se assim podemos chamá-la, é a forma de manter ou superar pelo esforço individual e por cooperação entre elas os desafios das jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo. No entanto duas questões emergem fortemente: o valor do trabalho remunerado como elemento que lhes confere poder, sentimento de autonomia e valor como ser humano, mesmo que essa remuneração possa apenas, na maioria dos casos, sustentar de maneira precária a si e a seu grupo familiar. A outra diz respeito justamente à importância dessa relação de cooperação e solidariedade entre elas, que mesmo não ultrapassando os limites do apoio mútuo, indica que é a partir do coletivo que se pode construir resistência.

Como síntese, podemos afirmar que a incursão no pensamento de Kergoat nos permite pensar a constituição das mulheres como um sujeito no trabalho como uma dimensão que está diretamente relacionada à capacidade das mulheres de se organizarem como coletivo portador de um projeto feminista de igualdade e emancipação. Individualmente, as mulheres trabalham, adquirem graus diferenciados de autonomia, formam redes e coletivos de apoio ao trabalho produtivo e reprodutivo e, dessa forma, podem mudar aspectos de sua vida pessoal e conseguir pequenas margens de manobra nos esquemas de trabalho, de acordo com sua inserção de classe e raça. A construção do sujeito individual se faz nas dinâmicas coletivas que, por sua vez, estão determinadas pelas relações e práticas inscritas nas relações sociais de sexo, classe e raça. A constituição do sujeito individual, todavia, não transforma as estruturas e as relações de dominação

¹ Pesquisa realizada no período de 2013 a 2015, sobre os fatores objetivos e subjetivos que favoreciam ou limitavam a autonomia econômica das mulheres inseridas em contextos precários de trabalho em setores considerados de forte crescimento econômico. A pesquisa foi realizada na cidade de Toritama, no interior de Pernambuco, com mulheres inseridas no setor de confecções; na grande São Paulo, na construção civil; e no polo industrial e siderúrgico de Barcarena, no Pará (ÁVILA; ARANTES; FERREIRA, 2016).

e exploração, isto é, não produz rupturas que alterem a ordem das coisas que conformam as relações de trabalho. Ambas as dimensões só são possíveis com a constituição de processos coletivos.

Retomar os aportes teóricos de Kergoat sobre a constituição do sujeito sexuado, no contexto europeu dos anos 1970, recoloca, para a teoria sociológica, a questão da constituição das mulheres como sujeito coletivo no contexto atual, marcado pela precarização e formas de trabalho atomizadas, nas quais sobreviver é a meta, e que se expandem cada vez mais como realidade global. No horizonte da política, emerge como desafio a necessária imbricação entre as formas de resistir para se manter viva, para mudar a vida individual e coletiva e para transformar o mundo, abrindo veredas para a construção de sujeitos coletivos, práticas de revolta e luta. Esse é, certamente, um desafio para as pesquisas e, incontornavelmente, para os movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Apresentação à edição brasileira. *In*: KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas...** Recife: Edições SOS Corpo, 2018. p. 9-12.
- ÁVILA, Maria Betânia; ARANTES, Rivane; FERREIRA, Verônica. **Trabalho e autonomia econômica das mulheres**: uma análise crítica. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.
- DUZENAT, Xavier; GALERAND, Elsa. Un regard sur le monde social. *In*: DUZENAT, Xavier *et al.* (coord.). **Travail et rapports sociaux de sexe**. Rencontres autor de Danièle Kergoat. Paris: L'Harmattan, 2010. p.23-33.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 3, p. 93-100, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291/14832>>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- HIRATA, Helena. Centralidade do trabalho, subjetividade e relações sociais. Pesquisar com Danièle Kergoat. *In*: KERGOAT, Danièle. **Lutar, Dizem Elas...** Recife: Edições SOS Corpo, 2018. p.13-22.
- KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.
- KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles...** Paris: La Dispute, 2012.
- KERGOAT, Danièle. **Lutar, Dizem Elas...** Recife: Edições SOS Corpo, 2018.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- KERGOAT, Danièle. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. *In*: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 236-247.

Recebido em 13/03/2020

Aceito em 15/12/2020